

SUMÁRIO

Prólogo	1
Siglas e abreviaturas	3
Capítulo I	7
Resumo	7
Observações preliminares	8
I. A fase de investigação	16
II. A fase preâmbular à judicial	19
III. A fase principal judicial	31
Conclusões	53
Capítulo II	59
A confirmação de uma acusação da Corte Penal Internacional: o processo contra Thomas Lubanga Dyilo	59
Resumo	59
Introdução	60
I. Questões Processuais e Probatórias	66
II. Direito Substantivo	70
III. Conclusão	90
Capítulo III	93
Investigações sigilosas (art. 54 (3) (e), do Estatuto CPI) vs. Obrigações de divulgação o caso Lubanga e o direito nacional	93
Resumo	93
Abstract	94
Introdução	94
I. O Regime de Divulgação de Provas da Cpi e o Caso Lubanga	99
II. Divulgação de Provas em Direitos Nacionais	112
Conclusão Final	126
Capítulo IV	129
O uso “transnacional” da prova obtida por meio de tortura	129
Abstract	129
Resumo	130

Introdução	130
I. TPIY/TPIR	137
II. A tortura é um método que lança dúvidas substanciais sobre a sobre confiabilidade da prova assim obtida?	139
III. A admissão da prova obtida mediante tortura seria anti-ética e causaria grave dano à integridade do processo?	140
IV. A Corte Penal Internacional	147
V. Primeira conclusão intermediária a respeito do uso “supranacional” de prova obtida mediante tortura	149
Conclusão final: Inadmissibilidade de admissão da prova “transnacional” obtida mediante tortura	178
Capítulo V	179
A preparação de testemunhas ou vítima (<i>proofing</i>) na Corte Penal Internacional: inadmissibilidade e desnecessidade	179
I. O Objeto da Discussão	179
II. A discussão que subsiste a respeito do “ <i>proofing</i> de testemunhas”: legalidade e necessidade	183
Bibliografia	205